



Diagnóstico Socioeconômico e
Ambiental e Projeto Final de
Assentamento do PA Lagoa Bonita

Anotação de Responsabilidade Técnica
PA LAGOA BONITA

Coordenação
Professor José Ambrósio Ferreira Neto
Sociólogo

Consultores

Professor Márcio Mota Ramos
Engenheiro Agrônomo
CREA-MG 11377-D

Walder Antônio de Albuquerque Nunes
Engenheiro Agrônomo
CREA-RO 1379-94

Geraldo Magela Damasceno
Engenheiro Civil
CREA-MG 54324-D

Leandro Santana Moreira
Biólogo
CRBio-04 – 37446-4P
11097250

Equipe Responsável pela Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental e do Projeto Final de Assentamento do PA LAGOA BONITA

Coordenação Geral

Professor José Ambrósio Ferreira Neto

Sociólogo

Mestre em Extensão Rural

Doutor em Sociedade, Desenvolvimento e Agricultura

Professor Márcio Mota Ramos

Engenheiro Agrônomo

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutor em Recursos Hídricos

Socioeconomia

Sheila Maria Doula

Antropóloga

Mestre em Antropologia Social

Doutora em Antropologia Social

Maíra Teixeira Pereira

Arquiteta

Mestre em Extensão Rural

Geomática e Geoprocessamento

Rogério Mercandelle Santana

Engenheiro Agrimensor

Mestre em Engenharia Civil

Doutorando em Engenharia Civil

Carlos Alberto Bispo da Cruz

Engenheiro Agrimensor

Edgard Carneiro dos Santos Júnior

Geógrafo

Fausto Silva de Oliveira

Graduando em Eng. de Agrimensura

Meio Biótico

Leandro Santana Moreira

Biólogo

Emílio Campos Acevedo Nieto

Graduando em Medicina Veterinária

Recursos Hídricos e Infra-estrutura

Geraldo Magela Damasceno

Engenheiro Civil

Mestre em Engenharia Agrícola

Doutor em Engenharia Agrícola

Cobertura Vegetal e Solos

Walder A. de Albuquerque Nunes

Engenheiro Agrônomo

Mestre em Ciência dos Solos

Doutor em Ciência dos Solos

Sumário

1.	CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO.....	7
1.1.	DENOMINAÇÃO DO PA.....	7
1.2.	DATA DE CRIAÇÃO	7
1.3.	DISTRITO E MUNICÍPIO/UF, MESORREGIÃO/MICRORREGIÃO FIBGE E REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MINAS GERAIS	7
1.4.	NÚMERO DE FAMÍLIAS.....	7
1.5.	IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL E VIAS DE ACESSO.....	7
1.6.	ÁREA	8
1.7.	PERÍMETRO.....	8
1.8.	COORDENADAS GEOGRÁFICAS.....	8
1.9.	SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS	8
1.10.	PLANTA DO IMÓVEL GEORREFERENCIADA	8
1.11.	LIMITES	8
2.	HISTÓRICO DO PA.....	10
3.	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PA	13
3.1.	DIAGNÓSTICO EXPEDITO DO MEIO FÍSICO E BIÓTICO	13
3.1.1.	Clima	13
3.1.2.	Geologia/formações superficiais	13
3.1.3.	Geomorfologia/relevo.....	14
3.1.4.	Solos e ambientes	15
3.1.5.	Recursos hídricos	17
3.1.6.	Vegetação	18
3.1.6.1.	Vegetação campestre	19
3.1.7.	Fauna silvestre.....	20
3.2.	DIAGNÓSTICO DO USO ATUAL DOS RECURSOS NATURAIS E DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	32
3.2.1.	Organização territorial atual	32
3.2.2.	Descrição dos atuais sistemas de produção e do uso e manejo dos recursos naturais	36
3.2.2.1.	Produção.....	36
3.2.2.2.	Solos	38
3.2.2.3.	Vegetação.....	39
3.2.2.4.	Água.....	41
3.2.3.	Descrição dos sistemas de processamento e comercialização da produção.....	41
3.3.	DIAGNÓSTICO DESCRITIVO DO MEIO ANTRÓPICO	42

3.3.1.	População	42
3.3.2.	Moradia e saneamento	43
3.3.3.	Captação e abastecimento de água e energia	47
3.3.4.	Saúde.....	51
3.3.5.	Estradas e transporte.....	52
3.3.6.	Educação	54
3.3.7.	Organização social e econômica	59
3.3.8.	Aspectos culturais.....	59
3.3.9.	Relação com o Poder Público Local, Estadual e Federal e com entidades de classes, igrejas, ONGs etc.....	60
4.	LEVANTAMENTO DO PASSIVO AMBIENTAL	62
4.1.	IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES	62
4.1.1.	Da organização territorial.....	62
4.1.1.1.	Lotes	62
4.1.1.2.	Estradas.....	62
4.1.1.3.	Água.....	63
4.1.2.	Da construção de infra-estrutura.....	63
4.1.2.1.	Moradias	63
4.1.2.2.	Saneamento.....	63
4.1.2.3.	Lixo	64
4.1.3.	Dos sistemas produtivos e de uso e manejo dos recursos naturais.....	64
4.1.3.1.	Solos	64
4.1.3.2.	Vegetação.....	64
4.1.3.3.	Aspectos gerais e impactos sobre a fauna de vertebrados terrestres.....	65
5.	PROJETO FINAL DE ASSENTAMENTO	70
5.1.	MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS AOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS IDENTIFICADOS.....	71
5.1.1.	Assistência técnica	71
5.1.2.	Educação ambiental com ênfase na questão do lixo.....	72
5.1.3.	Estratégias para o fortalecimento e consolidação da organização social.....	74
5.1.4.	Estratégias para melhorar a qualidade e regularizar a oferta da merenda escolar e material didático nas duas escolas do Assentamento.....	75
5.2.	MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DE INFRA-ESTRUTURA.....	76
5.2.1.	Uso e distribuição da água I	76
5.2.2.	Uso e distribuição da água II	77
5.2.3.	Saneamento básico	77

5.2.4.	Estradas e bacias de infiltração	80
5.3.	MEDIDAS MITIGADORAS PROPOSTAS EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS AMBIENTAIS	81
5.3.1.	Solos	81
5.3.1.1.	Erosão.....	81
5.3.2.	Vegetação.....	85
5.3.2.1.	Matas de galeria e ciliares	85
5.3.2.2.	Pastagens	87
5.3.2.3.	Cerceamento das áreas de reserva legal	92
5.3.3.	Fauna.....	94
5.3.3.1.	Animais silvestres	94
5.3.3.2.	Animais silvestres II	95
5.3.3.3.	Animais domésticos	95
5.4.	DELINEAMENTO DO PROJETO FINAL DO PA LAGOA BONITA	96
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97
ANEXOS	99

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA)

1.1. DENOMINAÇÃO DO PA

PA Lagoa Bonita.

1.2. DATA DE CRIAÇÃO

27/05/1988 (decreto de desapropriação) – 23/05/89 (imissão de posse).

1.3. DISTRITO E MUNICÍPIO/UF, MESORREGIÃO/MICRORREGIÃO FIBGE E REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MINAS GERAIS

- Município: Senador Modestino Gonçalves;
- Microrregião de Diamantina;
- Macroregião Central Mineira.

1.4. NÚMERO DE FAMÍLIAS

O número total de lotes nas duas glebas que formam o PA Lagoa Bonita é de 53, sendo 36 na gleba Canastra Lagoa Bonita e 17 na gleba Lagoa¹; entretanto, existem cerca de 56 famílias residindo no Assentamento. O maior número de famílias em relação ao número de lotes refere-se aos filhos de assentados que constituem novas famílias e exploram o lote juntamente com os pais.

1.5. IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL E VIAS DE ACESSO (MAPA EM ANEXO – LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL NO MUNICÍPIO)

As duas glebas que formam o PA Lagoa Bonita ficam relativamente próximas da sede do município de Senador Modestino Gonçalves²; a gleba Canastra dista cerca de 18 km e a gleba Lagoa cerca de 15 km. O acesso às duas áreas que formam o Assentamento é feito pela estrada municipal, sem pavimentação, que liga Senador Modestino Gonçalves ao município de Itamarandiba no sentido norte, possibilitando o acesso à gleba Lagoa e no sentido

¹ Como forma de apresentar as especificidades das duas áreas que compõem o PA Lagoa Bonita, evitando-se confusões pela semelhança do nome do Assentamento e o de uma de suas glebas, neste documento essas áreas serão tratadas como apenas gleba Canastra e gleba Lagoa.

² Na verdade a gleba Canastra Lagoa tem parte de sua área em território do município de Felisberto Caldeira, sendo mais próxima a este do que ao município de Senador Modestino Gonçalves.

sudoeste pela mesma estrada, acessa-se a gleba Canastra através do município de Felisberto Caldeira e da BR 361.

1.6. ÁREA

- Gleba Canastra: 1.180,7499 ha;
- Gleba Lagoa: 498,4803 ha.

1.7. PERÍMETRO

- Gleba Canastra: 13.394,63 m;
- Gleba Lagoa: 10.425,01 m.

1.8. COORDENADAS GEOGRÁFICAS

UTM: E= 678.037,75m N= 8.011.099,32m referidas ao Meridiano Central de 45° WGr.

1.9. SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS

- Grotta do Brejo;
- Córrego Galvão;
- Córrego da Viúva;
- Rio Araçuaí;
- Bacia do Rio Jequitinhonha.

1.10. PLANTA DO IMÓVEL GEORREFERENCIADA (VER MAPA EM ANEXO – PLANTA DO IMÓVEL)

1.11. LIMITES

Na região onde se localiza o PA Lagoa Bonita não existem Unidades de Conservação nem reservas indígenas, predominando a atividade agropecuária, com ênfase na pecuária extensiva. O município também possui uma imensa área dedicada ao reflorestamento com eucaliptos para a produção de carvão, destinado às siderúrgicas da região metropolitana de Belo Horizonte.

LIMITES:

- **Norte:**
 - **Gleba Canastra:** Rui Almeida, estrada municipal.
 - **Gleba Lagoa:** Pedro Xavier, Almerlindo Couto.
- **Oeste**
 - **Gleba Canastra:** Estrada municipal.
 - **Gleba Lagoa:** Almerlindo Couto e José Bispo.
- **Sul**
 - **Gleba Canastra:** Sebastião Drumond e MG 214.
 - **Gleba Lagoa:** José Bispo e João Ferreira da Silva.
- **Leste**
 - **Gleba Canastra:** MG 214, Córrego da Viúva e David Rabelo de Freitas.
 - **Gleba Lagoa:** Elias Ferreira da Silva e Rio Araçuaí.

2. HISTÓRICO DO PA

O PA Lagoa Bonita foi criado a partir da desapropriação de duas fazendas em 1988, a Canastra Lagoa Bonita e a Lagoa. O processo de ocupação pelos assentados ocorreu sem conflitos, pois as áreas já haviam sido desapropriadas pelo INCRA. As terras onde se localiza o Assentamento pertenciam à Companhia Vale do Rio Doce e eram utilizadas apenas como pasto de algumas cabeças de gado. Antes de ser vendida para a CVRD, a Fazenda Lagoa pertencia a uma viúva, que se suicidou em uma casa ainda existente no Assentamento, próxima à lagoa.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Modestino, sabendo da tramitação da desapropriação junto ao INCRA, passou a organizar 50 famílias da própria região para pleitearem o assentamento nas áreas, as quais optaram pela ocupação como forma de garantir o mesmo, o que ocorreu sem transtornos ou incidentes. De acordo com o Sr. Celestino, ex-presidente da Associação, foi construído um “ranchão” de lona para que 30 pessoas, geralmente os homens, ficassem permanentemente nas áreas antes da resposta definitiva do INCRA.

As famílias que foram organizadas pelo Sindicato eram constituídas por trabalhadores sem-terra e arrendatários em fazendas do município de Senador Modestino, que trabalhavam no sistema “de terça”, ou seja, os arrendatários entravam com o trabalho, sementes e eventualmente insumos e eram obrigados a entregar um terço de tudo o que produziam para o proprietário da terra.

A CVRD foi então avisada de que já havia alguns homens acampados nas fazendas, mas a ordem da empresa, segundo o Sr. Celestino, foi de “não atacar a gente, antes de conversar”. Passados 30 dias da ocupação, a direção da CVRD propôs uma reunião com o presidente do STR de Senador Modestino, para saber se havia alguma autorização de órgãos oficiais para a entrada daquelas famílias nas fazendas ou se elas eram “invasoras”. Nessa reunião, o presidente do Sindicato afirmou que já sabia da desapropriação, da existência de negociações em andamento com o INCRA e que o processo de ocupação por parte das famílias seria pacífico. A partir de então, a CVRD não ofereceu resistências.

Após algumas reuniões com o INCRA, começou então a divisão dos lotes. “Cada um escolheu o seu e entrou sem brigas”, conforme depoimento do Sr. Celestino. A emissão de posse dos lotes ocorreu em maio de 1989.

Durante esse período de acampamento, segundo o entrevistado, não houve nenhuma forma de apoio institucional, o que atrasou o início das atividades produtivas. “No início ficamos muito tempo parados até ter uma resposta que a gente podia seguir. A comida cada um de nós comprava um pouco, com o dinheiro que tinha. Mas a gente não plantava nada, pra não perder dinheiro”.

Nesse período, o Sr. Celestino recorda também que as relações com a prefeitura de Senador Modestino não foram nada amigáveis, pois o prefeito da época, Idomilson Barbosa, era filho da viúva que se matou na Fazenda e ele havia demonstrado a intenção de reaver as terras ou parte delas, quando houve a desapropriação. “Ele tentou tirar nós daqui porque não queria ver as terras que foram da família jogadas na reforma agrária. Ele mandou até polícia aqui, quando a gente tava acampado, mas só pra pesquisar, fazer pergunta de como estavam as coisas. Não teve violência, mas deu pra gente ficar desconfiado”.

Em 1989 o INCRA liberou recursos para investimento na produção. A maioria das famílias, orientadas pela EMATER, investiu na compra de gado, na formação de pastagens e na produção de abacaxis. Nessa mesma época foi liberado o crédito destinado à construção das residências e com o apoio do INCRA os assentados conseguiram construir uma boa infraestrutura comunitária para o processamento e agroindustrialização da produção, como a fábrica de farinha, o engenho de rapadura e aguardente, o secador de frutas e um trator que atualmente está quebrado e sem utilização (Figura 1). Atualmente, a maior parte da infraestrutura existente encontra-se sem nenhuma utilização, ou é subutilizada de forma individual pelas famílias.



FIGURA 1. Imagem do trator que foi emprestado pelo INCRA.

Quando a Associação foi fundada em 1991, o então prefeito do município participou da reunião inaugural e concedeu ao Assentamento, adubo e semente de milho. A partir de então, as relações com a prefeitura passaram a ser “neutras” na definição do Sr. Celestino, uma vez que não foram realizadas novas ações do poder público municipal no local.

Os assentados não tiveram em toda a sua trajetória, orientação ou contato mais sistemático com os tradicionais movimentos sociais de luta pela terra como o MST ou a CPT. O mediador principal foi o STR local, que eventualmente contava com apoio estratégico da FETA-

EMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais– em Belo Horizonte. No primeiro ano foram visitados por representantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores), antes e após a divisão dos lotes, havendo apenas um acompanhamento por parte dessas instituições, em detrimento de ações efetivas. Da CUT, particularmente, receberam apenas uma orientação superficial e genérica “*pra gente trabalhar em conjunto no coletivo*”. De entidades religiosas, o Sr. Celestino afirma que receberam apenas “10 cruzeiros” da Igreja Católica de Diamantina, para ajudar a comprar alimentos durante o período de acampamento.